

CONFERÊNCIA

ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL

Reforço das Capacidades e da Integridade do Sistema
Judicial e do Sistema de Investigação Criminal

Moçambique

26 de setembro 2017 - New Hotel | Nampula

28 de setembro 2017 - Procuradoria-Geral da República | Maputo



Organização



CENTRO DE FORMAÇÃO
JURÍDICA E JUDICIÁRIA



Procuradoria-Geral
da República



ASSOCIAÇÃO
MOÇAMBICANA
DE JUÍZES

§
PROJETO DE APOIO À
CONSOLIDAÇÃO
DO ESTADO DE DIREITO



CAMÕES
INSTITUTO
DA COOPERAÇÃO
E DA LÍNGUA
PORTUGAL
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Com o financiamento da União Europeia e do Camões, I.P.

É universalmente reconhecido que a garantia do Estado de direito só se consegue alcançar em democracia com o exercício pleno e eficaz das instituições jurídicas e judiciais. Isso passa, necessariamente, pelo exercício capaz, organizado e devidamente procedimentalizado destas instituições.

Quando se fala da justiça criminal, e sobretudo na prevenção e combate a formas de criminalidade mais complexas, como a criminalidade organizada e a de cariz económico-financeiro, torna-se notório que as difíceis e exigentes atividades da investigação criminal e da administração da justiça deverão ser acompanhadas por um consistente desenvolvimento de estratégias de organização e gestão dos serviços e dos procedimentos.

Multiplicam-se, à escala global, as iniciativas de reforma da justiça, moldando os mecanismos de governação e administração dos sistemas de justiça aos parâmetros mais exigentes de independência, de desempenho, de eficiência e eficácia, de qualidade do poder judicial, e, do mesmo modo, da diversificação e otimização da resposta da administração da justiça. São disso claro exemplo, a instituição dos Conselhos Judiciários, em muitas das designadas democracias emergentes, a reorganização do desenho e do mapeamento dos tribunais, mesmo nos países em que se encontravam mais solidificadas, a separação e a independência dos tribunais e a introdução de instrumentos de administração e gestão judiciários e extrajudiciárias adequados às exigências das democracias atuais.

As dificuldades encontradas percorrem todas as dimensões de governação e organização destes sistemas, desde o nível mais cimeiro da estratégia do governo da justiça e das políticas da sua reforma, mas também na conformação da administração e gestão dos tribunais e, por último, na gestão e organização da própria tarefa da realização jurisdicional do direito. É reconhecida, neste ponto, a carência de formação e de profissionalização no âmbito das áreas de administração e gestão de tribunais, o que introduz na governação do sistema judicial um fator permanente de limitação e incapacidade.

Também o sistema de investigação criminal é credor desta atenção para com a estruturação e a sistematização de matérias de organização e gestão, de forma a adequar os resultados da atividade investigatória e probatória criminais aos propósitos da justiça criminal e à realização essencial do Estado de direito democrático.

Esta conferência, a realizar-se em Nampula (26 de setembro) e em Maputo (28 de setembro), pretende refletir sobre as respostas a estes desafios. Durante estes dias será promovida ainda uma reflexão sobre os mecanismos de reforço da integridade dos diversos atores judiciários, conjugando os parâmetros essenciais da independência dos tribunais e da sua *accountability*, ao nível da transparência e dos métodos de avaliação do desempenho, e da abordagem sobre a ética e a deontologia profissionais.

PROGRAMA

09:00H	Registo
09:30H-09:45H	Sessão de abertura
	Apresentação PACED
09:45H-11:15H	1.º Painel: A reforma da justiça e a administração judiciária A administração dos tribunais na experiência brasileira e internacional Orador: Vladimir Passos de Freitas, Presidente do International Association for Court Administration (IACA) e Juiz Desembargador Jubilado (Brasil) Reforma da organização judiciária moçambicana: história e presente Orador: Ribeiro Cuna, Procurador Provincial da República-Chefe, Inhambane (Moçambique) Debate
11:15H - 11:30H	<i>Pausa para café</i>
11:00H- 12:45H	2.º Painel: Governação e organização da justiça criminal A investigação criminal: objeto e método Orador: José Mouraz Lopes, Juiz Conselheiro do Tribunal de Contas e Consultor Científico do PACED (Portugal) Governação, organização e administração dos tribunais Orador: Nuno Coelho, Juiz Desembargador do Tribunal da Relação de Lisboa e Consultor Científico do PACED (Portugal) Debate
13:00H-14:30H	Almoço
14:30H- 16:00H	3.º Painel: Independência dos tribunais e accountability Independência, acesso à justiça e transparência Orador: Galileo d'Agostini, Secretário da União Internacional dos Magistrados e Magistrado da Corte di appelo de Roma (Itália) Ética, deontologia e responsabilidade Orador: José Igreja Matos, Presidente da Associação Europeia de Juízes e Juiz Desembargador da Relação do Porto (Portugal) Debate
16:00-16:30H	<i>Pausa para café</i>
16:30-17:45H	4.º Painel: Organização judiciária e estatuto das profissões forenses A formação de magistrados: as estruturas e os modelos de formação Orador: Conceição Gomes, Investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Coordenadora Executiva do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa e da Unidade de Formação Jurídica e Judiciária (Portugal) Os estatutos das profissões forenses em Moçambique Orador: Hermenegildo Chambal, Presidente do Tribunal Judicial do Distrito de Machava, segundo Vice-Presidente da Associação Moçambicana de Juízes (Moçambique) Debate
17:45H	Sessão de Encerramento

§
PACED

Financiado pela União Europeia (10º FED) e pelo Governo de Portugal, através do Camões, I.P., instituto também responsável pela execução, o PACED tem como objetivos a afirmação e consolidação do Estado de direito nos PALOP e Timor-Leste, a prevenção e luta contra a corrupção, o branqueamento de capitais e a criminalidade organizada, em particular o tráfico de estupefacientes.

A sua intervenção centra-se na melhoria do ambiente legal e da organização administrativa, no fortalecimento das capacidades institucionais e atualização dos procedimentos operacionais e no reforço da cooperação regional PALOP e Timor-Leste.



Em 2017, o grupo PALOP-TL - Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste - comemora o 25.º aniversário do programa de cooperação regional com a União Europeia, PALOP-TL/EU. Para contribuir para o reforço da identidade comum dos PALOP-TL esta celebração inclui um conjunto de atividades de natureza cultural e académica.

Consulte o programa em: www.eeas.europa.eu/

Com o apoio de:



Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos
Tribunal Supremo
Gabinete de Informação Financeira de Moçambique – GIFIM
Serviços de Investigação Criminal
Gabinete do Ordenador Nacional – MINEC

